

Ano XXVI nº 6521 – 11 de fevereiro de 2022

COE cobra do Bradesco medidas mais rigorosas contra Covid-19



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco cobrou, da entidade, mais rigor no protocolo de segurança sanitária para garantir a saúde e a vida da categoria, além de reduzir a propagação e o contágio da população pelo vírus da Covid-19 e suas variantes. A representação dos trabalhadores também solicitou a suspensão de visitas a clientes neste momento de alta de casos de infecção; o controle de acesso às agências bancárias, para garantir o distanciamento dos clientes e funcionários; o fornecimento de máscaras N95, que são compatíveis com o alto índice de contágio; e a testagem de todos os trabalhadores da agência, bancários e terceirizados.

A COE Bradesco cobra ainda o cumprimento do protocolo de afastamento e o fechamento de agências e a sanitização adequada em casos de contaminação de bancários e terceirizados.

O banco informou que medidas estão sendo revistas – como o processo de sanitização, que está mais célere, devido à utilização de um novo produto que permite a abertura da agência 45 minutos após sua aplicação – e firmou o compromisso de responder às demandas apresentadas. O Bradesco se comprometeu também a reforçar a importância com a atenção aos protocolos a todos os funcionários do banco.

O banco solicitou o início das tratativas para o retorno ao trabalho presencial do grupo de risco. O movimento sindical conquistou a manutenção do grupo de risco em home office até a primeira semana de março. O banco assumiu o compromisso de se reunir com os representantes dos trabalhadores, após o carnaval, para negociar o tema.

A COE voltou a reivindicar também o acordo de teletrabalho, que até o momento não foi aplicado pelo Bradesco.

O diretor do SindBancários Petrópolis, Luis Claudio Rosa, participou da reunião entre a COE e o banco, representando nossa entidade.

Ministro do TCU quer que governo refaça cálculo de venda da Eletrobras

A Eletrobras vale, no mínimo, R\$ 400 bilhões, segundo cálculos da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel) e da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), mas o governo de Jair Bolsonaro (PL) avaliou a estatal em muito menos e quer vender a empresa por apenas R\$ 67 bilhões, com prejuízo de R\$ 333 bilhões.

Esse suposto erro emperrou a privatização da Eletrobras, que pode ser barrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que também estranhou o valor calculado pelo governo.

O ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União (TCU) deve propor um recálculo do bônus a ser pago pela Eletrobras à União.

Representantes dos eletricitários, que lutam contra a privatização da estatal aproveitaram essa notícia bombástica para fazer mais uma ação de redes denunciando a venda da Eletrobras a preço de banana. O tuitaço de hoje com a hashtag #BlackFridayEletrobras começou às 8h. E o alerta aos brasileiros é: quem vai pagar essa conta é você.

Além dessa conta pelo suposto erro de cálculo do governo Bolsonaro, a privatização da Eletrobras vai pesar e muito no bolso dos brasileiros.

Caso a proposta do ministro Vital do Rêgo seja confirmada pelo plenário do TCU, que se reúne na próxima terça-feira (15) o governo enfrentará dificuldades para concluir a privatização da estatal ainda neste ano, afirmam representantes dos eletricitários e vários analistas.

